

De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 50, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

Acerca da jurisdição constitucional no direito comparado, julgue os itens abaixo.

- 1 A Suprema Corte dos Estados Unidos da América (EUA) declarou, no julgamento do caso Dred Scott *versus* Sandford, 60 US. 393 (1856), a inconstitucionalidade do instituto da escravidão.
- 2 A Suprema Corte dos EUA declarou, no julgamento do caso Hammer *versus* Dagenhart, 247 US. 251 (1918), a inconstitucionalidade de lei federal que estipulava idade mínima para o trabalho; segundo a Suprema Corte, a matéria não estava contida na cláusula de comércio interestadual, o que vedava a possibilidade de atuação do Congresso norte-americano.
- 3 Alemanha, Portugal e França são nações que praticam o sistema de controle concentrado de constitucionalidade das leis.
- 4 O surgimento de um órgão judicial especial para a apreciação da constitucionalidade das leis ocorreu na Áustria, em 1920, sendo a culminação de uma idéia que possuía antecedentes na história constitucional daquele país.
- 5 O modelo de controle de constitucionalidade das leis em Portugal compreende a fiscalização preventiva da constitucionalidade, a fiscalização concreta da constitucionalidade, a fiscalização abstrata da constitucionalidade e a inconstitucionalidade por omissão.

QUESTÃO 2

No que se refere ao direito constitucional, julgue os itens que se seguem.

- 1 A ordem constitucional vigente no Brasil consagra dois tipos de inatividade aos magistrados: a aposentadoria e a disponibilidade; aquela pode ser facultativa ou compulsória, enquanto esta consiste em uma penalidade administrativa aplicada ao magistrado, por interesse público, mediante decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa.
- 2 São nomeados pelo presidente da República os ministros de Estado, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos tribunais superiores e os procuradores-gerais dos quatro ramos do Ministério Público da União.
- 3 O direito de greve dos servidores públicos civis será exercido nos termos e limites definidos em lei específica.
- 4 Na disciplina estabelecida pela Constituição da República de 1988, é assegurada a liberdade de manifestação do pensamento, garantido o direito ao anonimato.
- 5 A defesa do consumidor é tratada, na Constituição da República de 1988, de duas formas: como direito fundamental e como princípio da ordem econômica.

QUESTÃO 3

Ainda a respeito do direito constitucional, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A inclusão de normas de disposições transitórias é prática que se estabeleceu desde as primeiras constituições escritas, ainda no final do século XVIII.
- 2 Segundo decisão do STF, o dispositivo constitucional que instituiu a ação declaratória de constitucionalidade no direito brasileiro é de aplicação imediata, possuindo eficácia independentemente de sua regulamentação por lei complementar ou ordinária.
- 3 Na ordem constitucional vigente no Brasil, há, além da previsão genérica do direito de propriedade, outras normas que tutelam tipos especiais de propriedade, como a propriedade de recursos minerais, a propriedade urbana, a propriedade rural e a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora de sons e imagens.
- 4 A previsão de garantias institucionais é conquista do constitucionalismo liberal; a eficácia de tais garantias foi questionada a partir da estipulação, nas constituições escritas, dos chamados direitos sociais, ou direitos de segunda geração.
- 5 É garantida pela Constituição da República de 1988, como direito individual, a impenhorabilidade da pequena propriedade, desde que situada em área rural e explorada em regime de empresa rural.

QUESTÃO 4

Acerca da evolução constitucional do Brasil, julgue os itens abaixo.

- 1 Na disciplina estabelecida pela Constituição da República de 1891, o vice-presidente da República deveria substituir o presidente da República em caso de impedimento ou suceder-lhe, em caso de falta; no impedimento ou falta do vice-presidente da República, deveriam ser chamados à presidência os ocupantes dos seguintes cargos, na ordem que se segue: o vice-presidente do Senado, o presidente da Câmara dos Deputados e o presidente do STF.
- 2 Na ordem constitucional instituída pela Constituição da República de 1934, era competência privativa da União legislar sobre direito do trabalho.
- 3 Segundo as normas de processo legislativo estabelecidas pela Constituição da República de 1937, não era possível a apresentação de projetos de lei por iniciativa individual de membro do Parlamento nacional.
- 4 Na Constituição da República de 1946, era permitida a intervenção da União no domínio econômico, o que incluía o estabelecimento de monopólio de determinada indústria ou atividade.
- 5 O Ministério Público foi inserido, na Constituição da República de 1967, como instituição pertencente ao Poder Executivo.

QUESTÃO 5

A respeito dos direitos sociais na ordem constitucional vigente, julgue os itens a seguir.

- ❶ O direito ao trabalho e ao livre exercício profissional está consagrado entre os direitos sociais previstos na Constituição da República de 1988.
- ❷ Estão consagrados, entre os direitos sociais previstos na Constituição da República de 1988, o direito à educação, direito à moradia, o direito à segurança e o direito à assistência aos desamparados.
- ❸ É direito dos trabalhadores, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o estabelecimento da idade mínima de dezesseis anos para o trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de quatorze anos para qualquer trabalho, salvo a condição de aprendiz.
- ❹ Nas empresas com mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover o entendimento direto com os empregadores.
- ❺ É atribuição exclusiva de cada sindicato a defesa judicial e administrativa dos direitos individuais de seus filiados.

QUESTÃO 6

Julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O Federalismo constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- ❷ A Constituição da República poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das assembleias legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pelo voto favorável de pelo menos três quintos de seus membros.
- ❸ Cabe a lei complementar regulamentar as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- ❹ É da competência exclusiva do Congresso Nacional a incorporação, a subdivisão ou o desmembramento de áreas de territórios ou estados, ouvidas as respectivas assembleias legislativas.
- ❺ A empresa pública, a sociedade de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviço sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto a direitos e obrigações trabalhistas.

QUESTÃO 7

Acerca da ordem constitucional vigente, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Compete ao STF processar e julgar originariamente a validade de lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição da República.
- ❷ São princípios da ordem econômica a soberania nacional, a propriedade privada, a função social da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor, a defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.
- ❸ O instituto do *habeas data* tem como finalidade exclusiva assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- ❹ São diretrizes do sistema único de saúde previstas na Constituição da República de 1988 a descentralização, o atendimento integral e a participação da comunidade.
- ❺ Inclui-se entre as funções institucionais do Ministério Público promover, privativamente, o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

QUESTÃO 8

A partir da jurisprudência do STF, julgue os itens abaixo, referentes ao regime jurídico do Ministério Público junto aos tribunais de contas.

- ❶ O procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) deve ser, necessariamente, integrante da carreira, indicado em lista triplíce pelo TCDF.
- ❷ O Ministério Público junto ao TCDF tem garantida a sua participação na composição do Plenário da Corte.
- ❸ A Constituição da República assegura aos membros do Ministério Público junto a tribunal de contas os mesmos direitos e vedações dos membros do Ministério Público em geral.
- ❹ É inegável que o Ministério Público ostenta, a partir da Constituição da República de 1988, especial posição na estrutura do poder estatal, sendo instituição que se baseia na unidade; dessa forma, é possível a integração, nos quadros do Ministério Público junto ao TCDF, de promotor de justiça do DF e territórios, desde que obedecido o requisito do concurso público obrigatório.
- ❺ O procurador-geral do Ministério Público junto a tribunal de contas possui legitimidade para requerer, perante os órgãos judiciários competentes, a suspensão de decisão liminar que determine o seu afastamento do exercício da função.

QUESTÃO 9

Tendo sido vitoriosa em leilão de privatização de prestação de serviços de telecomunicações, a empresa vencedora celebrou contrato de permissão de uso com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), em razão da implantação de redes telefônicas nas faixas de domínio das rodovias federais.

Nessa situação hipotética, o contrato de permissão de uso é

- ❶ válido, segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, uma vez que tal situação se subsume em uso especial de bem público, em condições incomuns, causadoras de incômodos ou transtornos para o uso de terceiros ou onerosas para o próprio bem.
- ❷ inválido, porquanto tal situação se subsume em um direito real de gozo, de natureza pública, instituído sobre imóvel de propriedade alheia, com base em lei, por entidade pública ou seus delegados, em favor de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública, de acordo com a definição de servidão pública de Maria Sylvia Zanella Di Pietro.
- ❸ inválido, porquanto tal situação se subsume em uso comum de bem público, efetivando-se essa utilização de forma ordinária e indiscriminada.
- ❹ nulo, porquanto viciado em cláusula essencial relativa à natureza jurídica do seu objeto.
- ❺ nulo, porquanto viciado na sua forma, já que as permissões de uso, sendo precárias, dispensam a forma contratual.

QUESTÃO 10

Os conselhos profissionais, instituídos a partir da competência da União Federal para regulamentar as profissões (Constituição da República, art. 22, XVI), foram disciplinados pelo art. 58 da Lei n.º 9.649/1998, que foi alvo de liminar deferida na ADIMC-1.847/SP. Acerca dos conselhos profissionais, julgue os itens abaixo.

- ❶ Tais entes pertencem à administração pública federal.
- ❷ Sendo, ontologicamente, autarquias, esses conselhos podem exercer, na sua plenitude, o poder de polícia.
- ❸ À vista de sua natureza jurídica, esses conselhos têm capacidade para cobrar preço ou tributo, observados os respectivos princípios constitucionais.
- ❹ À vista de sua natureza jurídica, esses conselhos não gozam dos privilégios processuais da fazenda pública.
- ❺ Os servidores dos conselhos profissionais são servidores estatutários.

QUESTÃO 11

A distinção entre risco administrativo e risco integral não é ali estabelecida em função de uma distinção conceitual entre as duas modalidades de risco pretendidas, mas em função das conseqüências irrogadas a uma outra modalidade: o risco administrativo é qualificado pelo seu efeito de permitir a contraprova de excludente de responsabilidade, efeito que seria inadmissível se qualificado como risco integral, sem que nada seja enunciado quanto à base ou natureza da distinção.

Yussef Said Cahali. *Responsabilidade civil do Estado*. São Paulo: RT, 1982, p. 33.

Com base no texto apresentado e considerando a diferença entre risco administrativo e risco integral, julgue os itens abaixo.

- ❶ Tanto no risco administrativo como no risco integral, a responsabilidade deixará de existir ou incidirá de forma reduzida quando outras circunstâncias interferirem no evento danoso.
- ❷ No risco administrativo, a responsabilidade do Estado se estabelece a partir dos elementos estruturais, como falta do serviço, dano e nexo de causalidade.
- ❸ De acordo com a teoria do risco administrativo, a responsabilidade pode ser excluída ou atenuada pela presença de uma causa excludente do nexo de causalidade.
- ❹ Na teoria do risco administrativo, o caso fortuito e a força maior afastam a responsabilidade estatal pela configuração de uma causa de exclusão da conduta do agente.
- ❺ Na teoria do risco integral, a responsabilidade estatal se diferencia a partir da inclusão indistinta dos atos jurisdicionais, legislativos e executivos, no elenco das condutas aptas a gerar o dever de reparação estatal.

QUESTÃO 12

A Constituição da República de 1988 consagrou, como garantias, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa (art. 5.º, LIV e LV), que repercutem na esfera administrativa. Acerca desses temas, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ No sistema de jurisdição una, adotado pela Constituição da República vigente, convivem dois tipos de procedimentos administrativos: o gracioso e o contencioso.
- ❷ O devido processo legal material ou substancial requer do administrador público e do legislador, além do cumprimento dos ditames constitucionais, a observância criteriosa, na sua atuação, da proporcionalidade e da razoabilidade, assim qualificadas na jurisprudência do excelso pretório.
- ❸ No processo de controle, verifica-se a situação ou conduta do agente e proclama-se o resultado para efeitos futuros, não prescindindo, para este *mister*, da observância da garantia constitucional da ampla defesa.
- ❹ As disposições legais ou administrativas que impõem desembolsos prévios por parte do particular, como pressuposto do conhecimento de recurso na esfera administrativa, não violam a garantia constitucional da ampla defesa.
- ❺ O silêncio, em conformidade com a Constituição da República vigente e as emendas que integram o atual ordenamento constitucional, constitui, após decorrido o prazo definido em lei, fato jurídico administrativo relevante, importando em indeferimento administrativo tácito e autorizando a busca da prestação jurisdicional do Estado.

QUESTÃO 13

Em um caso de execução fiscal promovida pelo Governo do Distrito Federal (GDF) contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), os bens desta empresa seriam considerados impenhoráveis

- 1 por força da sua natureza jurídica de empresa pública de fomento.
- 2 por força de norma legal, recepcionada pela Constituição da República de 1988, de acordo com a jurisprudência do STF.
- 3 uma vez que ela atua em área monopolizada.
- 4 por tratar-se de empresa pública, prestadora de serviços públicos, disciplinada pelo regime jurídico consagrado no art. 175 da Constituição da República.
- 5 porque, mesmo intervindo no domínio econômico, sua atuação não visa ao lucro.

QUESTÃO 14

Está em harmonia com o regime jurídico dos servidores públicos a

- 1 acumulação de dois cargos de enfermeiro, desde que haja compatibilidade de horários.
- 2 vedação de vinculação de vencimentos para fins de pagamento de vantagens funcionais.
- 3 isonomia absoluta e com eficácia plena de ativos e inativos.
- 4 ilegitimidade do veto a candidatos quando embasado em avaliação da saúde psicológica a partir de exame restrito a uma entrevista privativa.
- 5 plena liberdade na reestruturação remuneratória dos cargos, sem violação à garantia constitucional dos direitos adquiridos, desde que observada a vedação de decesso remuneratório.

QUESTÃO 15

No que se refere ao regime jurídico das licitações e dos contratos administrativos, nos moldes da Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens abaixo.

- 1 Confere à administração a prerrogativa de modificar — unilateralmente — os contratos para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindi-los unilateralmente nas hipóteses legais, fiscalizar-lhes a execução, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, suspender a execução do contrato em prazo compatível com o interesse público, e ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, em se tratando de serviços especiais, e desde que o faça com a necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais ou rescisão contratual.
- 2 No objeto das licitações, é vedado incluir a obtenção de recursos financeiros para sua execução, exceto no caso de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão ou de permissão, observada a legislação específica.
- 3 Nas concorrências internacionais em que seja permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, o pagamento feito ao licitante brasileiro, eventualmente contratado, será efetuado em moeda brasileira, à taxa de câmbio vigente no dia imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.
- 4 Os bens imóveis da administração pública cuja aquisição tenha decorrido de dação em pagamento poderão ser alienados por ato da autoridade competente, desde que cumpram os seguintes requisitos: sejam previamente avaliados, seja demonstrada a necessidade ou utilidade da alienação e seja adotado procedimento licitatório sob a forma de concorrência pública ou leilão.
- 5 Na sistemática da Lei n.º 8.666/1993, a nulificação do contrato por ato imputável à administração pública enseja o pagamento dos serviços e obras já executados e o ressarcimento dos prejuízos decorrentes dos recursos despendidos pelo contratado, para a realização de investimentos insitos e indispensáveis à execução do contrato, produzindo efeitos retrooperantes no caso de sua decretação judicial.

QUESTÃO 16

No que se refere a desapropriação, julgue os itens que se seguem.

- 1 Os juros compensatórios são devidos a partir da imissão do expropriante, mesmo estando o imóvel desapropriado invadido por posseiros, uma vez que se destinam a remunerar o proprietário pela perda da propriedade do imóvel.
- 2 De acordo com a redação do § 2.º do art. 15A do Decreto-Lei n.º 3.365/1941, com a redação conferida pela MP n.º 2.183-56/2001, não suspensa sua eficácia na ADInMC 2.332-2, não serão devidos juros compensatórios quando o imóvel possuir grau de utilização da terra e grau de eficiência na exploração iguais a zero.
- 3 De acordo com a redação do § 1.º do art. 27 do Decreto-Lei n.º 3.365/1941, com a redação conferida pela MP n.º 2.183-56/2001, não suspensa sua eficácia na ADInMC 2.332-2, a sentença que fixar o valor da indenização, quando este for superior ao preço oferecido, condenará o desapropriante a pagar honorários do advogado, que serão fixados em 0,5% do valor da diferença, observado o disposto no § 4.º do art. 20 do Código de Processo Civil, não podendo os honorários ultrapassar o valor de R\$ 151.000,00.
- 4 Em conformidade com a jurisprudência consolidada na Corte Suprema, o justo preço deve ser corrigido desde a data do laudo até o efetivo pagamento, sendo legítima a atualização monetária do laudo por mais de uma vez.
- 5 De acordo com a redação do art. 15B do Decreto-Lei n.º 3.365/1941, com a redação conferida pela MP 2.183-56/2001, não suspensa sua eficácia na ADInMC 2.332-2, nas ações de desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, os juros moratórios são devidos à razão de 6% ao ano, a partir de 1.º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito.

QUESTÃO 17

A respeito do tratamento constitucional e doutrinário vigente conferido ao orçamento público, julgue os itens abaixo.

- 1 A disciplina básica do orçamento público é estabelecida pela Constituição da República, que estatui os seus princípios e as regras que tratam da receita e da despesa, desde a autorização para a cobrança de tributos até a previsão para os gastos, sendo reconhecida pela doutrina a existência de uma verdadeira **constituição orçamentária**.
- 2 O plano decenal, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual constituem etapas de planejamento orçamentário.
- 3 Salvo em caso de calamidade pública ou social, é vedada, expressamente, a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- 4 Não é possível, em nenhuma hipótese, a rejeição do projeto de lei orçamentária anual.
- 5 No que concerne à histórica e polêmica questão doutrinária relativa à natureza jurídica do orçamento, na conhecida e clássica posição de León Duguit, o orçamento tem estrutura e natureza complexas: no tocante à receita, é uma lei quando autoriza a cobrança de tributos; no que diz respeito à fixação da despesa, tem natureza administrativa ou de ato-condição.

QUESTÃO 18

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — Lei Complementar n.º 101/2000 —, ao introduzir o princípio da responsabilidade fiscal, considerado por muitos doutrinadores uma aproximação do conceito anglo-saxão de *accountability*, está operando uma relevante mudança na cultura e nas práticas administrativas brasileiras, revelando-se um poderoso instrumento na busca do equilíbrio fiscal das contas públicas. Com relação a esse tema, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A expressão responsabilidade fiscal traduz a obrigação que devem ter os responsáveis pela guarda ou gestão de bens, dinheiros ou recursos públicos de prestar contas de seus atos de gestão à sociedade, enfatizando-se os aspectos estritamente contábeis dessa obrigação.
- 2 Com relação aos tribunais de contas, entre as inovações introduzidas pela LRF, encontra-se a instituição da função cautelar de alertar os demais Poderes ou órgãos nas situações que especifique.
- 3 O ente da Federação que descumprir o prazo previsto para a publicação do relatório de gestão fiscal ficará impedido, até que a situação seja regularizada, de receber transferências compulsórias e contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
- 4 Em julgamento de ação direta de inconstitucionalidade, o STF suspendeu a eficácia de dispositivo que autorizava o Poder Executivo a limitar o empenho e a movimentação financeira dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 5 A receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público não poderá ser utilizada para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei à assistência à saúde dos servidores públicos.

QUESTÃO 19

No que tange ao tratamento constitucional e legal conferido aos créditos adicionais, julgue os seguintes itens.

- 1 É permitida, em situações excepcionais, a concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- 2 Os créditos suplementares, especiais e extraordinários são sempre adstritos ao exercício financeiro, ou seja, vigoram, sem exceção, da data em que forem abertos até, impreterivelmente, o último dia do respectivo exercício financeiro.
- 3 Ocorrendo grave acidente natural gerador de situação de calamidade pública, o presidente da República pode, por intermédio de decreto, proceder à abertura de créditos extraordinários, dando imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- 4 Classificam-se como créditos adicionais as autorizações de despesas insuficientemente dotadas ou não-computadas na lei orçamentária anual, inclusive os créditos extraordinários.
- 5 Para a abertura de crédito suplementar ou especial, não é suficiente apenas a respectiva autorização legislativa.

QUESTÃO 20

Segundo a doutrina e o ordenamento jurídico-constitucional pátrios, a lei orçamentária é informada por um amplo e fundamental conjunto de princípios. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

- 1 Os basilares princípios da universalidade e da exclusividade, expressamente previstos no texto constitucional, implicam, respectivamente, que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas, inclusive a dos Poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, e que o orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não incluídas nessa proibição as hipóteses definidas na própria Constituição da República.
- 2 O princípio constitucional da economicidade, vinculado à idéia de justiça orçamentária e informando, simultaneamente, o orçamento e o controle da sua execução, expressa a idéia de que a receita orçamentária prevista deve ser gerida com o fim precípua de produzir o máximo possível de bens e serviços públicos, caracterizando-se como a justa adequação entre as duas vertentes das finanças públicas, inserindo-se, do ponto de vista do controle externo, no amplo e relevante contexto da fiscalização material da gestão pública.
- 3 O princípio da não-vinculação ou da não-afetação da receita, positivado no texto constitucional, veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, admitindo, todavia, algumas exceções, expressamente definidas, a essa regra geral.
- 4 O basilar princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos não se aplica, expressamente, ao orçamento público.
- 5 O princípio do equilíbrio orçamentário, considerado, em uma concepção clássica, como o verdadeiro princípio fundamental dos orçamentos públicos, está expressamente previsto na Constituição da República.

QUESTÃO 21

Com relação à execução orçamentária e à luz da Constituição da República e da Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens abaixo.

- 1 A liquidação da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.
- 2 É ilegal a realização de uma determinada despesa não-empenhada, mesmo que se proceda ao empenho dela imediatamente após a sua realização.
- 3 Uma vez reconhecida a notória repercussão institucional e a urgente necessidade de um programa governamental na área social, este pode ser iniciado independentemente de sua inclusão na lei orçamentária anual, desde que expressamente autorizado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 4 Só é válido o pagamento de uma determinada despesa se efetuado após a regular liquidação dela.
- 5 O empenho de uma despesa corresponde à verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

QUESTÃO 22

Julgue os itens a seguir, relativos aos princípios constitucionais gerais da ordem econômica.

- ❶ É consenso na doutrina que é impossível se harmonizar o princípio da função social da propriedade com o princípio da propriedade privada.
- ❷ Decorre do princípio da livre concorrência a expressa disposição constitucional de que a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise, entre outros aspectos, ao aumento arbitrário dos lucros.
- ❸ O princípio da busca do pleno emprego se harmoniza diretamente com o fundamento da valorização do trabalho humano.
- ❹ A defesa do meio ambiente, por não contemplar nenhuma reflexão de natureza econômica, não se insere entre os princípios da ordem constitucional econômica nacional.
- ❺ A ordem econômica nacional é, essencialmente, de natureza capitalista, não obstante o seu objetivo de assegurar os valores do trabalho humano em um contexto de justiça social.

QUESTÃO 23

Quanto às atividades econômicas a serem desenvolvidas pelo Estado, nos termos da Constituição da República, julgue os itens abaixo.

- ❶ A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é estimulada, em homenagem ao princípio da subsidiariedade, só devendo ser evitada em situações especialíssimas.
- ❷ As sociedades de economia mista se sujeitarão, nos termos da lei, a um regime distinto daquele a que estão sujeitas as empresas privadas, no que tange, exclusivamente, aos direitos e obrigações tributárias.
- ❸ As subsidiárias de sociedades de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços se vinculam aos princípios da administração pública relativos à licitação e à contratação de obras e serviços.
- ❹ A prestação de serviços públicos sob o regime de permissão dar-se-á, necessariamente, por intermédio de licitação pública.
- ❺ A Constituição da República autoriza a União a contratar, nos termos da lei, empresas privadas para a realização de atividades de importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e de refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.

QUESTÃO 24

Acerca da configuração constitucional do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização e de incentivo, determinantes tanto para o setor público quanto para o setor privado.
- ❷ O incentivo à atividade econômica previsto no *caput* do art. 174 da Constituição da República alcança também o dever estatal de estimular a atividade econômica de microempresas e empresas de pequeno porte.
- ❸ O Estado, em regra, não tem autorização constitucional para atuar normativamente sobre a atividade econômica com o fim de concretizar os valores, princípios, preceitos e objetivos que conformam a ordem econômica constitucional.
- ❹ O exercício das três funções estatais previstas no *caput* do art. 174 da Constituição da República — fiscalização, incentivo e planejamento — submete-se, de modo inafastável, aos estritos limites e parâmetros previstos em lei.
- ❺ Cabe ao poder público, por meio de lei, disciplinar o regime das empresas concessionárias de serviços públicos, sendo-lhe vedado, entretanto, dispor sobre sua política tarifária, aspecto que, em respeito ao princípio da livre concorrência, fica sujeito exclusivamente às condições de mercado.

QUESTÃO 25

Julgue os itens que se seguem, acerca do custeio dos benefícios previdenciários.

- ❶ A Constituição da República autoriza a criação de contribuição social destinada ao custeio da seguridade social, incidente sobre o lucro das empresas. Todavia, essa contribuição deve ser disciplinada em lei complementar, uma vez que a sua base de cálculo é a mesma do imposto incidente sobre a renda das pessoas jurídicas.
- ❷ Embora a Constituição da República tenha recepcionado, de forma expressa, a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), incidente sobre o faturamento das empresas, não é inconstitucional a existência de outra contribuição social incidente sobre essa mesma base de cálculo.
- ❸ A exemplo do que ocorre em relação à contribuição social devida pelos trabalhadores, as contribuições sociais incidentes sobre a receita e sobre a folha de salários, devidas pelos empregadores, são destinadas exclusivamente à previdência social.
- ❹ A União não está impedida de instituir contribuição social nova que enquadre, entre outras, entidades sindicais de trabalhadores como sujeitos passivos da exação.
- ❺ Se o Distrito Federal (DF) vier a ser devedor de contribuições sociais cobradas pela autarquia federal previdenciária, então isso poderá ensejar a retenção, pela União, de recursos daquele ente federativo, provenientes da participação no produto da arrecadação de impostos federais.

QUESTÃO 26

Ainda com relação ao custeio dos benefícios da previdência social, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A emenda constitucional que modificou o sistema de previdência social não afastou a possibilidade de concessão de aposentadoria especial aos segurados que trabalhem em condições que prejudiquem a saúde e a integridade física. O custeio desse benefício está adstrito, contudo, às contribuições recolhidas por aqueles trabalhadores e seus respectivos empregadores — sendo que destes é exigido adicional específico, em razão de a sua atividade gerar ônus maior para a seguridade social.
- ❷ Considerando que a autarquia previdenciária seja credora das contribuições que, no período de um ano, uma empresa tenha descontado dos salários dos seus empregados mas não tenha efetuado o devido recolhimento, então, vindo a ser decretada a falência dessa empresa e estando os créditos inscritos na dívida ativa, o ente público deverá habilitar-se no juízo falimentar, tendo esses créditos preferência sobre eventuais créditos fiscais do DF também habilitados naquele processo.
- ❸ O DF, o estado do Tocantins e o município de Pirenópolis — GO não estão legalmente obrigados a realizar aportes de recursos orçamentários para custeio do regime geral de previdência social.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
Apurada a elevação do déficit orçamentário da previdência social para valor superior a cinquenta bilhões de reais, então, entre outras providências tendentes a atender às exigências de organismos internacionais relativas ao equilíbrio fiscal, o governo federal editou medida provisória por meio da qual foi instituída contribuição social nova, devida pelos estudantes das universidades públicas, cujo fato gerador era a obtenção de créditos relativos à conclusão das disciplinas ministradas naquelas instituições de ensino.
Nessa situação, a exação é inconstitucional, haja vista não poder ser instituída por meio de medida provisória.
- ❺ Considerando que, em 8/5/2002, fosse publicada lei instituindo contribuição social nova, então a respectiva cobrança não se sujeitaria ao princípio da anterioridade tributária, embora a exação não pudesse ser cobrada em relação aos fatos geradores ocorridos em 1.º/8/2002.

QUESTÃO 27

Julgue os itens seguintes, acerca das regras para a obtenção de benefícios previdenciários.

- ❶ Para efeito de obtenção de aposentadoria, é vedada a contagem do tempo de contribuição para a seguridade do servidor público civil com o tempo de contribuição para o regime geral de previdência social, quando concomitantes. Ademais, quando não-concomitantes, o tempo de contribuição utilizado para a concessão de aposentadoria por um desses regimes não poderá ser contado pelo outro.
- ❷ Caso um segurado, inscrito no regime geral de previdência social há apenas dois meses, fosse recolhido a estabelecimento prisional, para efeito de cumprimento de pena privativa de liberdade de três anos de reclusão, então os seus dependentes teriam direito ao auxílio-reclusão, independentemente de prazo de carência.
- ❸ Não perde o direito à aposentadoria aquele que, tendo preenchido todos os requisitos para a obtenção do benefício, perde a qualidade de segurado do regime geral de previdência social.
- ❹ Atualmente, os segurados aposentam-se por tempo de contribuição, e não mais por tempo de serviço. Assim, assegura-se aos segurados o direito de se aposentarem antecipadamente, mediante o recolhimento prévio do valor equivalente às contribuições mensais restantes — limitada a antecipação a trinta e seis meses.
- ❺ Considerando que, em um determinado mês, um empregado receba do seu empregador remuneração composta de R\$ 3.500,00 a título de salário e R\$ 1.700,00 a título de gratificação, então o salário-de-contribuição corresponderá a R\$ 5.200,00.

QUESTÃO 28

Acerca das contribuições e dos benefícios da previdência social, julgue os itens abaixo.

- ❶ Considerando que uma viúva e seus cinco filhos sejam beneficiários de pensão por morte, então, à medida que aqueles filhos forem, sucessivamente, perdendo a condição de beneficiários em razão da idade, a quota-parte de cada um irá se incorporando ao benefício da viúva.
- ❷ Aqueles que, de janeiro a agosto, receberam benefício de prestação continuada — auxílio-doença, auxílio-acidente e auxílio-reclusão — têm direito de receber da previdência social, no mês de dezembro, gratificação natalina proporcional.
- ❸ Nos termos da Constituição da República, a aposentadoria por idade de uma trabalhadora rural pode ser obtida com idade inferior em cinco anos à idade mínima exigida de qualquer trabalhadora urbana que também pretenda aposentar-se por idade.
- ❹ Nos termos da Constituição da República, a contribuição devida pelos trabalhadores à previdência social pode incidir sobre o pagamento de auxílio-doença, mas não pode incidir sobre as aposentadorias pagas pelo regime geral de previdência, qualquer que seja o valor desse benefício.
- ❺ Considerando que o presidente da República, candidato à reeleição, edite medida provisória reduzindo em dois pontos percentuais a contribuição social devida pelos trabalhadores, incidente sobre os salários, então a regra novel só entrará em vigor após o decurso de noventa dias da data da edição daquela norma — e havendo conversão em lei, o prazo será contado da data da edição da medida provisória.

QUESTÃO 29

Julgue os itens abaixo.

- 1 Não comete crime de peculato o funcionário público que se utiliza de equipamentos de informática de repartição pública para produzir trabalhos de interesse estritamente pessoal e transmiti-los, via *site* oficial, a empresa privada, tendo em vista a depreciação da aparelhagem e a finalidade pública específica do bem.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Juvenal, servidor público federal, participou de desvio de verbas públicas, juntamente com outros co-autores. Com a soma, adquiriu diversos bens no Brasil e no exterior. Sua esposa, Vitória, usufruiu de todos os confortos propiciados pelo desvio dos valores públicos.
Nessa situação, não houve por parte de Vitória ato de execução algum. No entanto, vislumbra-se sua participação nos crimes, uma vez que tinha conhecimento de todos os atos criminais do marido e poderia tê-los evitado.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Um governador de estado-membro da Federação desenvolveu programa no qual ordenou o asfaltamento de diversas estradas vicinais e parte de rodovia, em vários municípios. As estradas já existiam, mas eram todas cascalhadas ou de terra batida, sendo que os agricultores da região tinham dificuldades de escoamento de sua produção agrícola e leiteira no período de chuvas. Determinou o chefe do Poder Executivo estadual o planejamento e a execução das obras. Constatou-se, posteriormente, que o governador possuía propriedades rurais na área atingida pelo asfaltamento das estradas e, por isso, tinha interesse no desenvolvimento daquela região agrícola, já que também seria beneficiado com as obras ali desenvolvidas.
Tal situação caracteriza o crime de prevaricação por parte do governador, estando presente a satisfação do interesse pessoal.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Tendo em vista a aproximação de seu casamento, Márcia decidiu adquirir imóvel no empreendimento imobiliário em determinado edifício, procurando, para isso, a Imobiliária Y. Com Regina, representante legal da empresa citada, celebrou dois contratos de compra e venda de imóveis, para aquisição de duas unidades de apartamentos. No contrato, ficou consignada cláusula que não permitia a emissão de duplicatas, mas tão-somente de notas promissórias. Após algum tempo, Márcia renegociou o saldo devedor, quitando integralmente uma das unidades adquiridas. Para tanto, transferiu crédito pago em relação à outra, permanecendo, portanto, com apenas uma das unidades inicialmente compradas. Ocorreu, porém, que, alguns meses após a quitação, Márcia foi surpreendida pela cobrança de duplicatas, em banco privado, emitidas pela empresa, em valores especificados, referentes à quantia já paga de unidade quitada e de unidade devolvida.
Nessa situação, uma vez que a duplicata não corresponde a venda mercantil alguma e considerando que a empresa estava autorizada a emitir somente notas promissórias por determinação contratual, Regina cometeu o crime de duplicata simulada, mesmo não tendo apostado sua assinatura na duplicata, não cabendo falar-se em crime impossível para a hipótese.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
João foi condenado, exclusivamente, ao pagamento de pena de multa. Intimado para efetuar o pagamento no prazo de dez dias, João não o fez. Em virtude de tal fato, foi determinado o desconto do valor da multa em seus vencimentos. O sentenciado João alegou, no entanto, que a multa não poderia incidir sobre os recursos indispensáveis ao sustento dele e de sua família.
Em tal circunstância, não ficando demonstrado o estado de insolvência do sentenciado, o juiz pode converter a pena de multa em pena privativa de liberdade, na modalidade de detenção ou prisão simples, para não ver frustrada a aplicação da lei penal.

QUESTÃO 30

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Um grupo de bandidos armados praticou crime de extorsão mediante seqüestro, tendo o início da ação criminosa ocorrido em 2 de julho de 1990. O seqüestro prolongou-se até setembro de 1990, quando já estava em pleno vigor a Lei n.º 8.072/1990, a qual estabeleceu pena mais severa para o crime. Nessa situação, é correto afirmar que não poderá ser aplicada a nova pena aos seqüestradores, em virtude da irretroatividade da lei penal.
- 2 Certa comunidade religiosa, proprietária de cemitério concedido pelo órgão público competente, contratou uma empresa para administrá-lo. No contrato de concessão onerosa de jazigos firmado pela comunidade, consta cláusula que institui, como condição essencial para qualquer sepultamento, a obrigação de a empresa, por sua conta e mediante os serviços da concedente, mandar construir três gavetas no subsolo e uma lápide identificadora na superfície, única por jazigo. Nessa situação, a referida cláusula é abusiva, constituindo a chamada venda casada, e caracteriza-se como crime de mera conduta, que prescinde de qualquer resultado.
- 3 José afirmava constantemente que Feliciano lhe devia cem mil dólares. Este não lhe pagava alegando que a dívida não existia. Com a finalidade de receber o valor, José passou a ligar constantemente a Feliciano, cobrando o valor da dívida e ameaçando a vida de Feliciano e de seus familiares. Não satisfeito, escreveu, por diversas vezes, cartas de cobrança com teor semelhante ao dos telefonemas. Inconformado com essas atitudes, Feliciano recorreu à polícia, que prendeu José, sendo este processado e condenado pela prática de crime de extorsão. Nessa situação, pela sistemática do Código Penal e considerando a realidade vivida no país, a capitulação e a conseqüente condenação de José encontram respaldo doutrinário, tendo em vista o elemento normativo do tipo do crime de extorsão.
- 4 Em 1999, quando estava em vigor a Portaria n.º 295, de 5/8/1999, a qual tabelava o preço do gás de cozinha (GLP), o comerciante Jorge vendeu botijões acima do preço de tabela, sendo processado e condenado pela prática de crime previsto no art. 6.º, I, da Lei n.º 8.137/1990. Algum tempo depois, a tabela foi alterada, o que elevou o preço ali constante acima do que havia praticado o comerciante, sendo posteriormente liberado o preço do gás. Nessa situação, Jorge não cometeu o crime previsto na Lei n.º 8.137/1990, pois houve inicialmente alteração da tabela e, posteriormente, liberação do preço, ocorrendo aí a chamada *abolitio criminis*.
- 5 Paulo, proprietário de lanchonete, mantinha em seu depósito várias latas de maionese, atum, milho e outros produtos, para confecção dos sanduíches que vendia. Ocorre que a data de validade desses enlatados estava ultrapassada há mais de um mês. Nessa situação, Paulo cometeu crime contra as relações de consumo, sendo despicienda a verificação pericial após a apreensão do produto, de ser este realmente impróprio para o consumo, já que o crime em questão é de perigo presumido.

QUESTÃO 31

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Um médico mantém em sua clínica produto com a substância melatonina, considerada proibida, sendo processado e condenado pela prática de crime previsto no art. 7.º da Lei n.º 8.137/1990 c/c art. 18 da Lei n.º 8.078/1990. Posteriormente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária informa que essa mesma substância foi retirada da lista dos produtos proibidos no Brasil, não constando nem mesmo na lista dos produtos de controle especial. Nessa situação, pela característica própria do crime e, principalmente, do bem tutelado, é de manter-se a condenação, tendo em vista o princípio da ultra-atividade da norma penal em branco.
- 2 Uma cidadã colombiana e um cidadão brasileiro falsificaram passaporte de Estado estrangeiro com que o Brasil não mantém relações diplomáticas oficiais. Nessa situação, os dois serão absolvidos, uma vez que tal documento não pode ser objeto da prática do crime de falsificação de documento público, por não ter o Brasil relações diplomáticas oficiais com o país em questão, o que desqualificaria o documento como público.
- 3 Um grupo formado por João, José, Francisco e Rosimeire acertaram a prática de crime consistente na subtração de um caminhão da companhia de cigarros local. Rosimeire ficou encarregada de atrair o motorista para um local ermo, onde pudesse ser efetivada a operação sem risco para o grupo. A Francisco, cuja profissão é a de motorista em órgão público, foi designada a função de transportar os demais e agir como batedor, após a subtração do caminhão com seu carregamento. Rosimeire atraiu o motorista do caminhão para local ermo, em que já estavam à espreita João e José, que foram transportados por Francisco. Após o anúncio do assalto, o motorista do caminhão resistiu e foi baleado diversas vezes por João e José, vindo a falecer no local. O grupo obteve êxito na ação, e o caminhão subtraído foi acompanhado por outro veículo com Francisco e Rosimeire. No entanto, os agentes foram identificados e presos em uma *blitz* policial a 50 km de distância do local do crime, sendo todos presos e condenados por latrocínio. Nessa situação, a participação de Francisco e Rosimeire é de menor importância, pois não participaram diretamente do evento morte da vítima. Assim, responderão os dois apenas por crime de roubo, conforme entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do STF.
- 4 Flávio, aproveitando-se de um descuido de Josemias, proprietário de uma loja de revenda de celulares, furtou cópia da chave de seu estabelecimento comercial. No fim de semana, usando a mencionada chave, adentrou a loja e subtraiu diversos celulares, cartões telefônicos e equipamentos diversos. Nessa situação, Flávio cometeu crime de furto simples.
- 5 Abelardo, produtor agrícola, colheu cinquenta mil sacas de arroz na última safra. Tendo em vista o baixo preço do produto na época da colheita, entregou seu produto a Godofredo, proprietário de armazém privado na cidade, para aguardar melhor cotação do preço do bem. Passados três meses, Abelardo negociou as cinquenta mil sacas de arroz, constatando, no momento da entrega do produto ao comprador, que havia somente 27 mil sacas no armazém de Godofredo. Interpelado acerca do destino das outras 23 mil sacas, Godofredo respondeu tê-las negociado, pois, em se tratando de coisa fungível, descaracterizado estava o contrato de depósito. Nessa situação, Godofredo cometeu crime de apropriação indébita.

QUESTÃO 32

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Alessandro foi denunciado pela prática de crime de estelionato tentado e uso de identidade falsa. O juiz de primeiro grau absolveu o acusado do crime de uso de identidade falsa, condenando-o à pena de um ano de reclusão pela tentativa de estelionato. A sentença foi publicada em 28 de abril de 1997. Inconformado, o Ministério Público recorreu ao tribunal de justiça, pedindo a condenação quanto ao crime de falsa identidade. Este confirmou a sentença de primeiro grau. Mais uma vez houve recurso da acusação ao STJ, que também negou provimento ao pleito de reforma no tocante à falsa identidade. Nessa situação, é perfeitamente possível o reconhecimento da prescrição intercorrente, já que não houve recurso da defesa ou da acusação quanto à condenação de tentativa de estelionato, já passados mais de dois anos, conforme o Código Penal.
- 2 Alan, primário e de bons antecedentes, foi processado pela prática de crime de estelionato. Ante tais circunstâncias, recebeu uma pena dosada no mínimo legal. O processo criminal encontrava-se tramitando há mais de três anos quando o advogado de defesa requereu o reconhecimento da prescrição antecipada, acrescentando as vantagens advindas da celeridade da justiça e da observância do princípio da economia processual. Nessa situação, é correto afirmar que é possível o reconhecimento da referida prescrição antecipada, conforme entendimento do STF.
- 3 Determinado proprietário de cartório de notas emitiu certidão na qual inseriu declaração falsa com o fim de alterar verdade acerca de fato juridicamente relevante. Tal documento foi expedido em janeiro 1989 e utilizado até abril de 2001. Ao ser descoberta a falsificação, iniciou-se ação penal pela prática de crime de falsidade ideológica. A defesa solicitou o reconhecimento da prescrição, alegando que o crime ocorrera há mais de doze anos e teria sido alcançado pela prescrição, nos termos do art. 109 do Código Penal. Nessa situação, o juiz deve indeferir o pedido, posto que o crime tem característica de permanência, em virtude dos resultados produzidos, razão pela qual seu termo inicial seria abril de 2001, e a prescrição ocorreria somente em abril de 2013, conforme regra do Código Penal.
- 4 Jacinto foi condenado à pena de prisão de cinco anos e quatro meses pela prática de crime de roubo qualificado. Após o cumprimento de um ano e cinco meses de sua pena, Jacinto fugiu, permanecendo foragido por cinco anos e nove meses. Recapturado, solicitou o reconhecimento da prescrição, alegando que, à época dos fatos, era menor de 21 anos e que o período em que permanecera em cumprimento da pena deveria ser incluído para fins de contagem de prazo. Nessa situação, o juiz deve decidir pela não-ocorrência da prescrição, pois, mesmo reconhecendo que o autor era menor de 21 anos à época dos fatos, a interrupção da execução da pena não foi suficiente para reconhecer a prescrição, uma vez que, tomando a pena em concreto, a prescrição ocorreria em doze anos, segundo regra do Código Penal.
- 5 Míriam, na condução de seu veículo, perdeu a direção e atropelou uma pessoa que se encontrava na calçada. Apavorada, empreendeu fuga e atropelou outra pessoa. No curso do processo, reconheceu-se a ocorrência de concurso material de crimes, tendo o juiz aplicado uma pena básica de dois anos de reclusão para cada um dos crimes, na mesma sentença, o que, pela aplicação da regra da soma das penas, perfaz o total de quatro anos. Mesmo com o trânsito em julgado, não houve início da execução da pena após quatro anos e seis meses. Assim, o defensor da causa requereu o reconhecimento da prescrição. Nessa situação, a extinção da punibilidade incidirá sobre cada uma das penas isoladamente, mesmo tendo sido aplicada pena total de quatro anos na mesma sentença.

QUESTÃO 33

Acerca dos bens e do direito das coisas, julgue os itens a seguir, à luz da legislação em vigor.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Não tendo efetuado o pagamento de débito relativo ao imposto sobre serviços, José veio a ser executado pelo DF. Citado para pagar ou garantir o juízo, José nomeou à penhora seu direito à sucessão do seu pai — sendo este ainda vivo.
Nessa situação, sabendo que, para efeito de garantia do juízo da execução por meio de penhora, a lei aplicável ao caso define que os bens imóveis têm preferência em relação aos bens móveis, então a nomeação procedida por José deverá ser aceita, se ele for proprietário de um automóvel, haja vista o direito à sucessão ser considerado bem imóvel — ainda que os bens da herança sejam, exclusivamente, bens móveis.
- 2 Considerando que, na conclusão de um processo de separação judicial, tenha sido destinado à mulher o usufruto de imóveis comerciais de propriedade do ex-marido, então não estará ela impedida de dar algum deles em comodato ao seu novo companheiro, haja vista não estar obrigada a ceder o uso, a título gratuito, somente ao proprietário do bem.
- 3 Não pode ser interrompida a cadeia dominial de um bem matriculado no registro imobiliário, de modo que a lei não permite que o proprietário de um imóvel simplesmente renuncie à propriedade. Assim, uma escritura pública com essa manifestação de vontade não pode ser transcrita no registro do imóvel.
- 4 Considerando que uma pessoa física adquira imóvel pertencente a pessoa jurídica e, no ato do registro da respectiva escritura pública, o oficial da serventia suscite dúvida ao juízo de registros públicos, então, estando prenotada a escritura, a decretação da falência da empresa na pendência do julgamento da dúvida — sendo esta, ao final, julgada improcedente — não impedirá que se consuma a transferência do imóvel.
- 5 Considerando que uma mãe, divorciada, e o seu único filho, este sem patrimônio próprio, faleçam em situação de comoriência, então o filho não chegará a suceder a genitora na propriedade dos bens dela, de modo que o pai do falecido nada herdará, transmitindo-se toda a legítima aos herdeiros da falecida — seus ascendentes e, na falta destes, seus colaterais.

QUESTÃO 34

A respeito da posse e do usucapião, julgue os itens subseqüentes, à luz da legislação em vigor.

- 1 A posse conseguida de modo violento, ainda que perdure por anos, não gera efeitos no âmbito do direito, não podendo, por conseguinte, ensejar a aquisição da propriedade por meio de usucapião, instituto esse que, ao dispensar a comprovação de justo título e boa-fé, não chancela que se alegue a violência em proveito próprio.
- 2 Aquele que detém a posse de imóvel em virtude de comodato jamais adquirirá a propriedade do bem por meio de usucapião, ainda que o uso do imóvel perdure por mais de vinte anos.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Tendo sido furtado um veículo do TCDF, este veio a ser adquirido por João, contumaz receptor. Adulterada a placa e o chassi, João permaneceu na posse do bem por mais de cinco anos, quando, em uma blitz, o veículo veio a ser identificado e apreendido.
Nessa situação, João não adquirirá a propriedade do veículo por meio de usucapião — o que poderia ocorrer se não se tratasse de bem público.
- 4 A pessoa que detenha a posse de um imóvel, sem justo título e de má-fé, não pode ser mantida na posse, na hipótese de turbação perpetrada por outro invasor, se a ocupação não perdurar por mais de um ano e um dia.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Marcos adquiriu imóvel de propriedade de Silva, tentando destinar o bem a locação. Assim, Silva veio a alugar o bem alienado, não tendo, em momento algum, deixado de habitar o imóvel.
Nessa situação, operou-se o constituto possessório, uma vez que, tendo adquirido o domínio, Marcos foi investido tão-somente na posse indireta do imóvel.

QUESTÃO 35

No que diz respeito aos contratos, julgue os itens que se seguem, à luz da legislação em vigor.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Objetivando auferir melhor preço na venda de imóvel anteriormente destinado à ocupação de servidores, o TCDF alienou o bem ao seu ocupante, incluindo, contudo, no respectivo contrato, cláusula de se desfazer a compra e venda se, no prazo de um ano, alguém oferecesse melhor preço.
Nessa situação, essa condição resolutiva é de pacto comissório e não viola os princípios que regem os contratos administrativos.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Caio e Tício celebraram contrato por meio do qual o primeiro emprestou ao segundo a quantia de R\$ 20.000,00. Constatou do contrato, também, que Tício transferia a Caio a propriedade do veículo que possuía, consignando-se que essa compra e venda se resolveria quando Tício pagasse a última prestação do empréstimo. Em seqüência, arquivaram o contrato particular no registro de títulos e documentos e requereram o registro dessa avença no certificado de registro do veículo junto ao Departamento de Trânsito.
Nessa situação, Caio e Tício celebraram contrato de alienação fiduciária. Todavia, embora possa ser ajustado entre particulares, pessoas físicas, esse contrato não pode ter por objeto bem móvel que já pertença ao devedor fiduciante.
- 3 Se, no mesmo instrumento de mandato, o mandante nomear dois mandatários, entender-se-á que são conjuntos, a menos que sejam expressamente declarados sucessivos.
- 4 Considerando que o credor libere a hipoteca dada em garantia da dívida pelo devedor, então o fiador, garante do mesmo contrato, ficará desobrigado, haja vista o credor ter inutilizado garantia na qual o fiador poderia sub-rogar-se e, conseqüentemente, dela se valer no eventual exercício do seu direito de regresso.
- 5 Caso Mévio pretenda fazer a doação de um imóvel ao neto que está sendo gerado por sua filha, então poderá, validamente, lavrar a respectiva escritura pública, desde que os pais do nascituro manifestem que aceitam a doação.

QUESTÃO 36

À luz da legislação em vigor, julgue os itens abaixo.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Em setembro de 2002, aos dezenove anos de idade, Rafael celebrou contrato de compromisso de compra e venda, sem a assistência dos seus pais, por meio do qual se obrigava a alienar imóvel de sua propriedade. Rafael sabia que a legislação civil seria em breve alterada, de modo que, não sendo possível obter a autorização dos seus pais, celebrou aquele contrato e entregou a posse do imóvel ao adquirente, ajustando que a respectiva escritura pública seria lavrada quando entrasse em vigor o novo Código Civil, consoante o qual a incapacidade cessaria aos dezoito anos de idade.
Nessa situação, se o novo Código Civil não alterar, no particular, as regras relativas à nulidade dos atos jurídicos, então, para que o compromisso de compra e venda produza efeitos a partir da data da sua celebração, Rafael e o comprador poderão ratificar os termos daquele contrato.
- 2 Supondo que, em um município isolado da região Norte do Brasil, acessível apenas por via fluvial, o Diário Oficial da União só chega às mãos das autoridades e dos municípios mais de 30 dias depois de sua edição, então, mesmo que uma lei nova preceitue que suas disposições vigorarão a partir da data da sua publicação, naquele município, tal lei só entrará em vigor 45 dias depois de oficialmente publicada.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Em um contrato celebrado entre o TCDF e uma concessionária de veículos, ajustou-se que toda a manutenção e todos os reparos dos veículos do Tribunal seriam realizados pela contratada, por preço equivalente a 80% do menor de três valores obtidos em diferentes orçamentos. Além dessas condições, o edital da respectiva licitação e o contrato subseqüente previam que a contratada renunciaria aos prazos prescricionais eventualmente oponíveis ao órgão público.
Nessa situação, adequando a disposição contratual aos ditames da lei civil — que não admite a renúncia absoluta da prescrição —, para que algum prazo prescricional transcorra, a contratada deverá notificar o órgão contratante do seu interesse de que tal prazo, em situação específica, comece a fluir.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Com o objetivo de prejudicar Silveira, seu vizinho, que não lhe pagava dívida vencida há um ano, Castro prestou falsa informação à polícia estadual de que um delinqüente foragido estava-se ocultando na residência de Silveira. Assim, com estardalhaço e violência, os policiais cercaram e invadiram a residência, destruíram móveis e utensílios, espancaram Silveira e seus familiares e, ainda, levaram-no detido, arrastando-o, algemado, diante de todos os seus vizinhos. Posteriormente, descobriu-se que Castro fora o informante, vindo à tona o que o motivara a fazer a afirmação falsa.
Nessa situação, a conduta de Castro, por si só, não extingue a dívida de Silveira. Todavia, Silveira poderá ingressar em juízo com pedido de indenização por danos materiais, cumulando com pedido de indenização por danos morais, imputando responsabilidade civil objetiva ao Estado e a Castro, solidariamente.
- 5 As cláusulas penais podem ser estipuladas para o caso de total inadimplemento da obrigação. Todavia, o valor da cominação imposta não pode exceder o da obrigação principal.

QUESTÃO 37

Ainda à luz da legislação em vigor, julgue os itens a seguir.

- 1 Constatada a impossibilidade de uma fundação de direito privado subsistir, então o órgão da entidade competente para deliberações institucionais poderá, desde que autorizado pelo Ministério Público, modificar os estatutos da fundação, alterando-lhe as finalidades estatutárias, se tal providência se revelar necessária e possibilitar a continuidade das atividades da entidade.
- 2 Considerando que Jonas, por liberalidade, transfira do seu patrimônio um bem imóvel para Maria, então deverá resguardá-la dos riscos da evicção, a menos que, no respectivo instrumento de transferência da propriedade, essa responsabilidade seja excluída.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Com o intuito de impedir que o que lhe restava do seu patrimônio — dois carros — viesse a ser penhorado em futuras execuções promovidas pelos seus credores, Antônio, já insolvente, combinou com Fábio a simulação de uma reclamação trabalhista. Assim, no bojo da reclamação, Antônio e Fábio ajustaram uma conciliação, por meio da qual os dois veículos foram dados em pagamento da dívida trabalhista simulada. Sobrevindo o trânsito em julgado da homologação do acordo, efetivou-se, então, a transferência de titularidade dos bens no registro do DETRAN, embora a posse dos veículos tenha continuado com Antônio.
Nessa situação, apurada e provada a fraude, ainda assim, a nulidade do acordo não poderá ser pronunciada de ofício pelo juiz que o homologou.
- 4 Caso se apure que o poder público efetuou pagamento indevido a uma empresa, então a correção monetária do valor a ser restituído não incidirá apenas a partir da data da citação, promovida em processo judicial no qual se peça a repetição, mas incide desde a data do pagamento indevido.
- 5 A sucessão por morte de um brasileiro que, por ocasião do óbito, era domiciliado em Portugal e lá tenha morrido, é regida pelas leis brasileiras, na hipótese de o espólio incluir bens situados no Brasil e em Portugal.

QUESTÃO 38

O novo Código Civil, que entrará em vigência em janeiro de 2003, adota a teoria da empresa para definir o objeto do direito comercial, em superação à teoria dos atos de comércio. Considerando essas duas teorias, julgue os itens que se seguem.

- 1 Na teoria da empresa, o conceito de comerciante confunde-se com o de empresário.
- 2 De acordo com a teoria da empresa, aqueles que exploram atividade de prestação de serviços podem estar sujeitos às normas do direito comercial.
- 3 A teoria dos atos de comércio somente reputa mercantis os atos que tenham sido praticados por comerciantes no exercício de sua profissão.
- 4 Atualmente, nos termos da teoria dos atos de comércio, somente aqueles que fizerem da mercancia profissão habitual e estiverem registrados em juntas comerciais serão reputados comerciantes.
- 5 De acordo com a teoria dos atos de comércio, uma compra e venda celebrada entre um comerciante e um não-comerciante é considerada um ato mercantil.

QUESTÃO 39

Acerca da doutrina da desconsideração da personalidade jurídica, julgue os itens seguintes.

- ❶ No Brasil, a sua aplicação só foi admitida a partir da vigência do Código de Defesa do Consumidor.
- ❷ Em casos de fraude contra credor, poderá ser aplicada a teoria da desconsideração a fim de se alcançar os bens dos sócios de sociedades que, de acordo com a forma de organização societária adotada, teriam responsabilidade limitada pelos atos praticados em nome da pessoa jurídica.
- ❸ Caso um sócio de sociedade por quotas de responsabilidade limitada contraia dívidas e não efetue o pagamento delas, em vez de aplicar a teoria da desconsideração da personalidade jurídica de forma inversa, fazendo que os bens da pessoa jurídica respondam pelas dívidas pessoais do sócio, a jurisprudência tem admitido a penhora das quotas do referido sócio.
- ❹ A teoria da desconsideração da personalidade jurídica pressupõe norma que expressamente autorize a sua aplicação, de modo que não é possível aos tribunais de contas utilizarem-se dessa teoria para responsabilizar administradores que tenham sido julgados em débito.
- ❺ A doutrina da desconsideração da pessoa jurídica, conforme disciplinada pelo Código de Defesa do Consumidor, independe da demonstração, por parte do consumidor, de que o fornecedor teve a intenção de praticar atos fraudulentos.

QUESTÃO 40

A empresa X emitiu letra de câmbio contra a empresa Y. José foi indicado como beneficiário da letra. O título recebeu o aval da empresa Z.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- ❶ Caso José proponha ação cambial contra a empresa Z, esta empresa poderá denunciar a lide à empresa X.
- ❷ Caso a empresa Z não tenha indicado em favor de quem seu aval foi prestado, presume-se que ele tenha sido dado em favor da empresa X.
- ❸ Proposta ação cambial contra a empresa Z, ela poderá arguir vício de forma do título como fundamento para eximir sua responsabilidade pelo pagamento da letra.
- ❹ A ação cambial a ser proposta por José contra a empresa X independe de protesto da letra e prescreverá em três anos a contar do vencimento do título.
- ❺ A responsabilidade da empresa Z dependerá de seu aceite. A simples assinatura do representante legal dessa empresa na face da letra valerá como aceite cambial. Caso o título tenha sido aceite e a empresa Z seja executada e efetue o pagamento da letra, não poderá esta empresa propor ação regressiva contra nenhum outro signatário do título.

QUESTÃO 41

Pedro, que é o gerente da sociedade Distribuidora de Alimentos Alfa Ltda., emitiu, em nome dessa pessoa jurídica, nota promissória em favor da sociedade Cia. Beta.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Caso a nota promissória não seja paga até a data do vencimento, a Cia. Beta poderá propor ação executiva contra Pedro e contra a sociedade Distribuidora de Alimentos Alfa Ltda. Nessa hipótese, Pedro e a sociedade limitada responderão solidariamente pelo não-pagamento do título, ainda que a emissão do referido título tenha decorrido de ato regular de gestão praticado por Pedro.
- ❷ Caso a Distribuidora de Alimentos Alfa Ltda. seja judicialmente demandada e demonstre que Pedro, gerente, praticou ato fraudulento em conluio com a Cia. Beta, ainda assim deverá a sociedade Distribuidora de Alimentos Alfa Ltda. responder pelos atos praticados pelo seu gerente em seu nome.
- ❸ No Brasil, a fim de definir a responsabilidade de administradores de sociedades comerciais, vige a teoria da aparência. De acordo com essa teoria, Pedro, gerente da sociedade limitada, terá responsabilidade pessoal pelos atos que praticar em nome da pessoa jurídica a fim de garantir o pagamento aos credores da sociedade.
- ❹ Caso o contrato da Distribuidora de Alimentos Alfa Ltda. nada disponha acerca de delegação da gerência e Pedro delegue poderes a terceiro para efetuar o pagamento da referida nota promissória, Pedro deverá ser pessoalmente responsabilizado pelos prejuízos causados à sociedade, haja vista a delegação da gerência somente ser reputada lícita quando expressamente prevista no contrato social.
- ❺ Pedro só poderá ser considerado o gerente da sociedade Distribuidora de Alimentos Alfa Ltda. se o contrato social dispuser expressamente nesse sentido. Caso o contrato seja omissivo na escolha do gerente, Pedro somente seria considerado o gerente se fosse o sócio controlador da sociedade.

QUESTÃO 42

Julgue os itens seguintes, acerca de sociedade por ações cujo nome empresarial seja Cia. Agrícola Brasileira.

- ❶ Trata-se de sociedade anônima que, não obstante explore atividade agrícola, é considerada mercantil.
- ❷ O capital social da referida sociedade será dividido em ações, e a responsabilidade de seus sócios será limitada ao valor de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- ❸ Caso essa companhia seja de capital aberto, será obrigatória a adoção de conselho de administração, podendo ser designados para compor o referido conselho não-sócios da sociedade.
- ❹ O nome empresarial da sociedade poderia ser alterado para S.A. Agrícola Brasileira. Não se admitiria, todavia, a alteração do nome da empresa para Agrícola Brasileira e Cia.
- ❺ Caso a referida sociedade decida emitir ações preferenciais sem direito de voto, o total dessas ações não poderá ultrapassar 50% do total do capital social.

QUESTÃO 43

Acerca da competência do TCDF, julgue os itens abaixo.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Em decorrência de convênio celebrado entre a União e o Distrito Federal (DF) para a execução de obra pública, foi definido que aquela entraria com 80% dos recursos necessários à execução do objeto do convênio, cabendo ao DF apenas completar a diferença.
Nessa situação, haja vista a evidente competência do TCU, ficará afastada a competência do TCDF para exercer processos de fiscalização ou instaurar processos de contas.
- ❷ Em processo de auditoria em que sejam constatadas irregularidades na prática de ato administrativo por parte de órgão do DF, possui o TCDF competência para determinar que o órgão suste o referido ato. Caso o órgão não o faça, o TCDF possui competência para fazê-lo.
- ❸ A competência do TCDF restringe-se aos órgãos e entidades que integram a estrutura do DF, não alcançando, por exemplo, uma pessoa de direito privado que, por força de convênio, receba recursos do DF.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
Uma pessoa física, independentemente da participação de qualquer agente público, causou prejuízo ao patrimônio do DF.
Nessa situação, caso o TCDF constate esse fato, deverá determinar que a autoridade responsável providencie a imediata instauração de processo de tomada de contas especial.
- ❺ O TCDF possui competência para conhecer somente consultas que lhe sejam formuladas pelas autoridades competentes, nos termos da Lei Orgânica do TCDF. As respostas a essas consultas poderão, eventualmente, ser atacadas por meio de ação direta de inconstitucionalidade.

QUESTÃO 44

Acerca do Ministério Público que atua junto ao TCDF (MP/TCDF), julgue os itens que se seguem.

- ❶ Os procuradores do MP/TCDF equiparam-se aos procuradores do DF quanto a direitos, garantias, vedações e forma de investidura no cargo.
- ❷ Com a posse, passam os procuradores do MP/TCDF a gozar da garantia da vitaliciedade.
- ❸ Nos processos que já se encontrem em tramitação no TCDF, os procuradores do MP/TCDF somente podem agir na qualidade de *custus legis*, sendo-lhes vedado, por exemplo, encaminhar representações ao Tribunal.
- ❹ É obrigatória a manifestação do MP/TCDF em todos os processos em tramitação no TCDF.
- ❺ Como o MP/TCDF integra a estrutura do TCDF, encontram-se os seus procuradores, quanto à sua atuação funcional, subordinados hierarquicamente ao presidente do Tribunal.

QUESTÃO 45

Acerca da organização e do funcionamento do MP/TCDF, julgue os itens a seguir.

- ❶ Os servidores que exercem atividades de apoio ao MP/TCDF integram o quadro de pessoal efetivo e comissionado do próprio TCDF.
- ❷ O procurador-geral do MP/TCDF não é ordenador de despesas.
- ❸ Nos termos da Lei Orgânica do TCDF, caso um procurador do MP/TCDF discorde de decisão proferida pelo Tribunal, poderá ele recorrer dessa decisão para o próprio Tribunal. Todavia, tal procurador não tem competência para pleitear a revisão da matéria perante o Poder Judiciário.
- ❹ O MP/TCDF encontra-se organizado em carreira. Desse modo, os procuradores são admitidos por concurso público e nomeados para o cargo de procurador, podendo ser posteriormente promovidos ao cargo de subprocurador-geral do TCDF.
- ❺ Admite-se a recondução do procurador-geral do MP/TCDF.

QUESTÃO 46

As consultas formuladas ao TCDF

- 1 constituem prejulgamento de matéria de fato que venha a ser posteriormente submetida ao Tribunal.
- 2 poderão ser revistas pelo Tribunal, caso o consulente interponha recurso de revisão.
- 3 terão caráter normativo.
- 4 somente serão conhecidas pelo Tribunal se versarem sobre caso concreto.
- 5 poderão ser interpostas por qualquer cidadão.

QUESTÃO 47

Em outubro de 1998, o TCDF constatou superfaturamento na execução de contrato firmado por órgão da administração direta do DF, e, em razão disso, julgou as contas do responsável irregulares, aplicando-lhe multa e condenando-o em débito solidariamente com a empresa beneficiária do sobrepreço.

Em face da situação hipotética apresentada acima, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Se, em setembro de 2001, um procurador do MP/TCDF, ao examinar auditoria realizada naquela mesma entidade, descobrisse fato que não tivesse sido considerado por ocasião do julgamento da irregularidade das contas e que pudesse resultar no acolhimento da defesa do administrador, nesse caso, deveria o procurador entrar com recurso de revisão da decisão condenatória, não obstante as contas terem sido julgadas há quase três anos.
- 2 A interposição tempestiva do recurso de revisão contra a decisão condenatória não teria efeito suspensivo.
- 3 Relativamente ao débito apurado, será imprescritível a ação de ressarcimento a ser proposta contra o agente público.
- 4 Não obstante a solidariedade pelo débito, a empresa que se beneficiou do superfaturamento não poderá ser compelida a pagar a multa aplicada ao administrador público.
- 5 Com o trânsito em julgado da decisão, deverá ser o acórdão do Tribunal encaminhado à Procuradoria do DF para a proposição de ação executiva.

QUESTÃO 48

Compete ao TCDF

- 1 julgar as contas do governador do DF.
- 2 examinar a legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de comissionados do DF.
- 3 realizar auditorias aprovadas pelo próprio Tribunal ou pela Câmara Legislativa do DF.
- 4 examinar os atos de gestão de administradores do DF, não apenas sob a ótica da legalidade, mas igualmente quanto à sua economicidade.
- 5 julgar contas de organizações sociais do DF que tenham recebido recursos em decorrência de contratos de gestão celebrados com o DF.

QUESTÃO 49

Julgue os itens que se seguem, considerando a jurisprudência do STF acerca da atuação e da competência dos tribunais de contas.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Em decorrência de inspeção, o TCDF constatou que uma entidade do DF celebrou contrato sem licitação, em hipótese não-autorizada pela Lei de Licitações. Constatou-se também que o contrato ainda se encontrava em execução.
Diante dessa situação, somente depois de ouvido o contratado, o Tribunal poderá determinar que a entidade anule o contrato.
- 2 Caso o TCDF julgue irregulares as contas de determinado administrador, o Poder Judiciário poderá, caso provocado, transformar em regulares as referidas contas.
- 3 O TCDF poderá, caso seja absolutamente necessário à instrução de processos de sua competência, decretar a quebra de sigilo bancário e fiscal, em decisão motivada, de administradores públicos do DF.
- 4 É pacífico o entendimento de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista submetem-se a processo de tomada de contas especial.
- 5 O TCDF poderá deixar de aplicar lei que considere inconstitucional, independentemente de qualquer manifestação do Poder Judiciário.

QUESTÃO 50

Acerca da composição do TCDF e do regime jurídico dos seus conselheiros e auditores, julgue os itens que se seguem.

- 1 Caso o conselheiro que tenha sido indicado em vaga de auditor venha a se aposentar, a escolha do novo conselheiro deverá, obrigatoriamente, recair entre os auditores, conforme entendimento firmado pelo STF.
- 2 Dos sete conselheiros, quatro serão escolhidos pela Câmara Legislativa e três pelo governador. Das três vagas a serem preenchidas mediante escolha do governador, apenas uma será de livre provimento.
- 3 Os conselheiros do TCDF, além de terem as mesmas prerrogativas, vantagens, vencimentos, direitos e impedimentos, deverão seguir a mesma forma de investidura dos desembargadores do Tribunal de Justiça do DF.
- 4 Os auditores do TCDF serão escolhidos em concurso público de provas e títulos e deverão preencher os mesmos requisitos exigidos dos conselheiros.
- 5 Os auditores do TCDF, somente quando estiverem atuando em substituição a conselheiros, estarão sujeitos ao mesmo regime jurídico destes últimos.